

RIO GRANDE

# Justiça cassa liminar que autorizava usina bilionária

GIANE GUERRA\*

giane.guerra@rdgaucha.com.br

ANDERSON AIRES

anderson.aires@zerohora.com.br

Um obstáculo – não definitivo – surgiu para o projeto de um complexo de usina termelétrica (UTE) de R\$ 6 bilhões em Rio Grande, no sul do Estado. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu pela manutenção de decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que havia revogado a outorga da usina, parte do projeto que inclui terminal de regaseificação e píer para navios atracarem com gás. O novo capítulo é acompanhado de perto pela empresa que busca viabilizar o negócio, pela prefeitura local e pelo governo do Estado. Autoridades públicas afirmam que esse revés preocupa, mas que há possibilidade de futura decisão favorável na agência reguladora.

A liminar foi cassada pelo ministro Humberto Martins, presidente do STJ e muda posicionamento anterior do Judiciário. A exclusão havia sido suspensa pela Justiça Federal do Rio Grande do Sul, em decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Para o ministro do STJ, a Aneel agiu dentro de seu poder fiscalizatório e cumpriu as exigências administrativas para revogar a outorga da usina – a UTE foi contratada por leilão em 2014, mas não iniciou suas operações até o momento –, “não cabendo ao Judiciário interferir indevidamente na esfera de competência técnica e especializada da agência reguladora”.

Na prática, o que ocorreu é que o projeto estava com uma outra empresa (Bolognesi), que não deu o andamento no prazo previsto pela Aneel. A agência, então, retirou a outorga. No meio do caminho, o Grupo Cobra, da Espanha, assumiu o empreendimento, conseguiu licenças ambientais da Fepam e quer iniciar a construção. Porém, para isso, precisa que a Aneel faça a transferência da outorga da Bolognesi para o Grupo Cobra.

Representante do grupo espanhol, Celso Silva explica que a empresa segue atuando no mérito do processo para reverter a decisão.

– Vou apresentar o agravo, vamos ver se a gente reverte no

plenário (do STJ) – diz Celso Silva.

Em paralelo, o assunto também é tratado pela empresa diretamente com a Aneel. O Grupo Cobra tem expectativa de que se consiga um acerto sem necessidade de novas decisões judiciais.

– Nada mudou no processo administrativo da Aneel. Continua em análise o plano de transferência para o Grupo Cobra. Essa análise e apreciação da Aneel é fundamental para que o processo de revogação seja extinto definitivamente. Dado que continua a análise, as obras ficam pendentes no aguardo da decisão da Aneel – afirma Silva.

## Apoio

O prefeito de Rio Grande, Fábio Branco (MDB), destaca que a prefeitura seguirá acompanhando a tentativa de transferência do projeto e analisando as questões judiciais:

– Claro que nos preocupa, mas não nos desanima. Continuaremos atentos, trabalhando em todos os aspectos e dando todas as condições para que o processo tenha o trâmite normal junto à Aneel. Judicialmente estamos tomando nossas providências para que Estado, município e empresa possam reverter essa decisão judicial em Brasília.

Reforçando a importância do empreendimento para a cidade, o prefeito confirma que já existe movimentação no município em meio aos preparativos para a instalação do projeto. Análise de contratações e cotações de preço simbolizam essa mobilização, segundo Branco: – Existe um envolvimento do projeto no município. Claro que, para a execução, precisamos ter a decisão administrativa ou judicial, para começar as obras.

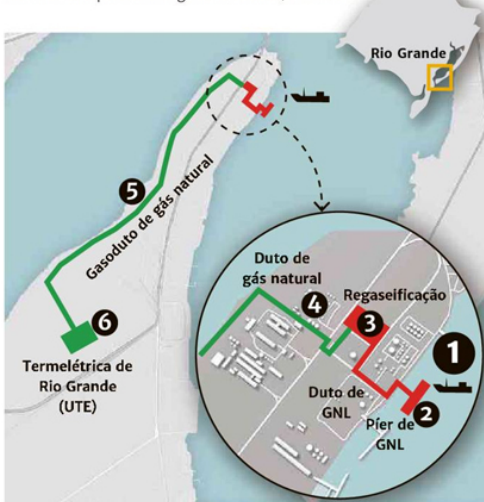
O diretor do Departamento de Energia da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do RS (Sema), Eberson Silveira, afirma que o empreendimento é importante para o Estado tanto para o aumento de geração de energia quanto para o aumento da oferta de gás natural:

– As expectativas que tínhamos foram frustradas com essa decisão do STJ. Vamos aguardar o desenrolar dos próximos passos.

\*Colaborou Daniel Giussani

## Entenda o projeto

Investimento previsto chega à casa dos R\$ 6 bilhões



- 1 O combustível chega em navios na forma líquida (Gás Natural Liquefeito, ou GNL) para facilitar o transporte
- 2 Os navios atracam em um píer no Superporto de Rio Grande, onde o GNL é injetado em um duto
- 3 Pelo duto, o GNL chega a uma unidade de regaseificação em solo, com capacidade para 14 milhões de metros cúbicos de gás ao dia, e volta à forma gasosa
- 4 O gás natural segue para um gasoduto com 8 quilômetros de extensão
- 5 A canalização leva o gás até a futura Termelétrica de Rio Grande, com capacidade de gerar 1.280 megawatts de energia
- 6 A termelétrica deve usar menos da metade do gás disponível. O excedente pode ser encaminhado para outros pontos do Estado

## Os trâmites

- O projeto nasceu em 2008, na gestão Yeda Crusius. Teve geração futura de energia comprada em leilão público em 2014 e deveria ter começado a operar em 2019
- A iniciativa prevê recebimento de gás natural liquefeito (GNL) por navios, que se acoplarão a uma unidade de regaseificação que devolveria o combustível ao estado gasoso
- O projeto travou na liberação ambiental, ante a objeção do Ministério Público Federal em Rio Grande à instalação de terminal flutuante para descarregar e regaseificar o GNL

- Com a entrada dos espanhóis do Grupo Cobra, isso mudou. Agora, o terminal será em terra firme, no porto de Rio Grande
- Como já deveria ter começado a operar, a Aneel cassou a outorga do empreendimento (autorização para a obra). Decisão judicial devolveu ao projeto a outorga no ano passado, mas o STJ acaba de derrubar essa medida
- Paralelamente, o Grupo Cobra aguarda análise da própria Aneel para que o processo de revogação da outorga seja extinto definitivamente
- Até fevereiro, a expectativa era de que a usina operasse a partir de 2024

**GZH**  
Mais detalhes  
sobre a usina em  
[gzh.rs/utedet](http://gzh.rs/utedet)

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

**Seção:** Economia **Página:** 11